

**ATA**

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Perguntou se havia desenvolvimentos relativamente à situação, que abordou na última reunião de Câmara, de necessidade de execução de saneamento e escoamento das águas residuais no bairro situado entre a Rua 1.º de Maio e a Rua da Cavada, da freguesia de Serzedelo; **b)** - Referiu, também, uma situação que se verifica na Freguesia de Lordelo, no Largo da Mocha, em que as águas pluviais escoam por uma zona inclinada acumulando-se no Largo, por falta de saneamento (não há escoamento das águas). -----

2 – Vereador António Monteiro de Castro – Fez uma intervenção sobre o estudo que a Câmara Municipal encomendou sobre estacionamento, que hoje vem a conhecimento da Câmara, lendo, em voz alta, um documento que se transcreve: “No ponto

dois do período de informações tomamos formalmente conhecimento da iniciativa da Câmara da promoção da realização de um estudo sobre estacionamento automóvel na área urbana central do município. Porque se trata de um tema que me tem sido caro ao longo dos meus quase 30 anos de intervenção cívica, e que, neste caso concreto, teve início aquando da construção do parque de estacionamento da alameda Alfredo Pimenta, resultado de uma intervenção em artigo publicado no jornal "Notícias de Guimarães" e desenvolvido na Assembleia Municipal da época, não podia deixar passar o momento sem referir que esta grande falha que foi ignorar a importância do estacionamento automóvel citadino na vida e desenvolvimento de uma comunidade, tal como a aposta, ao longo de vários anos, numa política de dificuldades e obstáculos às pretensões de instalação de superfícies comerciais na nossa terra, prejudicaram gravemente Guimarães. Agora, vai ser encomendado um estudo para ser posto posteriormente a discussão pública, segundo nos é dito na informação que acompanha a proposta. Porque desde há muito temos estudos de natureza urbanística, económica e até de opinião pública que confirmam a inevitabilidade da necessidade de estacionamento automóvel no centro da cidade, lamentamos todas estas décadas perdidas que nos poderiam ter permitido minimizar os atrasos que temos no presente em relação ao nosso principal município vizinho Braga, seja em termos de "**distribuição sectorial de atividade**", seja mesmo no respeitante ao "**ganho médio mensal**". Assim como lamentamos também os rios de dinheiro gasto em arranjos urbanísticos no centro da nossa cidade e que agora correm o risco de poderem ser postos em causa quando tivermos finalmente os resultados dos estudos encomendados. É aquilo que se pode chamar de gestão errática, de gestão de navegação à vista, de



gestão reativa e não prospetiva". -----

3 – Vereador Amadeu Portilha – a) – Referiu a cerimónia de entrega dos “Green Project Awards” (GPA), que decorreu no passado dia 23 de janeiro, na Fundação Serralves, em que o projeto desenvolvido pelo Laboratório da Paisagem, “EcoPontas e Papa-Chicletes - Redução e Valorização de Resíduos” conquistou o prémio “Inovação Social Green Project Awards – Sociedade Ponto Verde”. Disse, ainda, que na categoria de “Cidades Sustentáveis”, Guimarães conquistou uma menção honrosa com o projeto que levou à construção das bacias de retenção que contribuíram para terminar com o flagelo das inundações na zona baixa da cidade e, na categoria de “Gestão Eficiente de Recursos”, viu também ser-lhe atribuída uma menção honrosa com o projeto Pay As You Throw (PAYT), implementado no Centro Histórico. Continuou, dizendo que Guimarães, com três distinções em quatro projetos finalistas, foi o município português com maior reconhecimento público nesta cerimónia, sendo que a Câmara Municipal de Guimarães volta a ser reconhecida, depois de ter sido distinguida como um dos três municípios mais sustentáveis do País, no último mês de dezembro; **b)** – Informou que foi ontem apresentado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, pelo Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo - CIITT, o estudo do impacto direto do Rally de Portugal na economia do turismo, que contempla ainda uma análise à escala dos municípios envolvidos, como é o caso de Guimarães, desde 2015 o local escolhido para a partida oficial de uma das maiores competições desportivas do mundo. Revelou que os números são impressionantes e bem mais expressivos e significativos, por exemplo, do que o próprio Campeonato da Europa de Futebol, que Portugal acolheu em 2004. Acrescentou que para além do forte

impacto na imagem global do destino “Porto e Norte” e da capacidade de atração de turistas estrangeiros, uma parte significativa visitando o nosso país pela primeira vez, foram destacados quatro atributos que valorizam muito a nossa região: clima, paisagem, hospitalidade e gastronomia. Informou que a despesa direta gerada pelo Rally foi de cerca de 67 milhões de euros (despendida por residentes, não residentes, equipa e organização), o que demonstra especial importância por se tratar de um evento que se realiza fora do pico de procura de turismo na nossa região, que se concentra no 3.º trimestre, com efeitos positivos no problema da diminuição da taxa de sazonalidade. Referiu que metade dessa despesa não tem origem nacional, promovendo, dessa forma, exportações de cerca de 35 milhões de euros e resultando numa estimativa de receita fiscal bruta para a Administração Fiscal gerada pelo evento, através do IVA e do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos na ordem dos 24 milhões de euros. Finalizou, dizendo que o estudo do CIITT demonstra que o impacto económico total do Rally de Portugal é de 129 milhões de euros, superior em mais de 2 milhões de euros ao registado no ano passado, e que, desde 2007, altura em que se começou a fazer este estudo, o impacto económico do Rally no nosso País já é na ordem dos 900 milhões de euros. Por último, disse que em Guimarães, o estudo do CIITT refere que o impacto para a economia local de cifra entre os 3,4 e os 3,7 milhões de euros, o que disse ser surpreendente considerando que o valor do investimento municipal é na ordem dos 70.000 euros; **c)** – Referiu um incidente ocorrido com um utilizador do Pavilhão Desportivo de Ronfe, de 51 anos, no passado dia 24 à noite, acometido de um enfarte, com paragem cardiorrespiratória, num cenário típico de morte súbita, situação que foi revertida, com sucesso, pela ação



imediate e competente do funcionário do pavilhão, que utilizou o Desfibrilhador Automático Externo (DAE) existente no local. Disse ter estado com a vítima no Serviço de Cardiologia do Hospital Senhora da Oliveira, que será hoje operado para debelar definitivamente o seu problema de saúde, mas que se encontra bem e estável e muito grato pelos cuidados que recebeu e que o salvaram da morte que parecia inevitável. A propósito, recordou que foi a Cooperativa Tempo Livre que, em 2007/2008 iniciou este processo de instalação de DAE nas suas principais instalações desportivas, tendo começado pelo Multiusos de Guimarães, Piscinas Municipais, Pista de Atletismo e Centro Cultural Vila Flor, com apoio da Câmara Municipal. Posteriormente, e com o apoio do Rotary Clube de Guimarães, por iniciativa do Dr. Vitor Sanfins, foi aquele equipamento instalado em todos os pavilhões, estando hoje cerca de 60 DAE espalhados por vários locais públicos, em 41 instituições diferentes e com cerca de 400 operacionais legalmente habilitados para a utilização deste equipamento. Assim, disse ser importante reconhecer a diligência e competência do funcionário da Tempo Livre, Marco Silva, o pioneirismo de Guimarães nesta área e o trabalho e investimento generoso do Rotary Clube de Guimarães e do Dr. Vitor Sanfins, referindo que Guimarães é a única cidade do País que tem um programa destes de âmbito comunitário e sob a responsabilidade de uma única organização. --

4 – Presidente da Câmara – a) – Sobre a situação do Bairro situado entre a Rua 1.º de Maio e a Rua da Cavada, da freguesia de Serzedelo, disse já ter reunido com o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA que se encontra a estudar o assunto; **b)** – Quanto à questão de saneamento em Lordelo, disse que trará informações logo que se inteire da situação; **c)** - Sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro e o estudo

para uma ampla discussão pública relativamente à intervenção urbanística, disse que o desenvolvimento de Guimarães foi diferente do que se verificou na cidade de Braga, recordando que Guimarães é hoje uma referência a nível nacional como uma cidade à escala humana, que precisa de avançar com novos paradigmas orientados para a Capital Verde Europeia 2020, o que pressupõe a devolução de espaços públicos aos cidadãos e a resolução do problema de estacionamento automóvel. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: "O Moreirense Futebol Clube conquistou, no passado domingo, 29 de janeiro, na final disputada no Estádio Algarve, a Taça CTT (nome oficial da Taça da Liga), uma das provas mais importantes do Futebol Nacional organizada pela Liga de Clubes de Futebol Profissional. Os dois jogos (meia final e final) que o Moreirense venceu tiveram uma ampla audiência nacional na sua transmissão televisiva, com cerca de dois milhões de portugueses que a cada jogo assistiram. O nome da Vila de Moreira de Cónegos e do Concelho de Guimarães atingiu uma elevada notoriedade nos últimos dias, com continuadas referências elogiosas ao programa e gestão do projeto do Moreirense, exemplar e inédito no panorama desportivo nacional e provavelmente da Europa. A população do concelho de Guimarães associou-se de uma forma muito efusiva ao êxito do Moreirense, manifestando o seu júbilo numa afirmação de identidade e unidade concelhia que deve ser registada muito para além de um êxito desportivo. A receção ao Moreirense Futebol Clube que decorreu no exterior e no salão nobre do Município, ao fim da tarde da última segunda-feira, constituiu



também a manifestação de um sentimento vimaranense profundo que o País pôde acompanhar através de transmissão televisiva direta. Todos estes factos justificam que a Câmara Municipal se congratule por toda a sua sequência e aprove um voto de louvor ao Moreirense Futebol Clube, dirigido ao seu Presidente, Vítor Magalhães, dirigentes, associados, técnicos e atletas, alargado em particular à população da Vila de Moreira de Cónegos, mas também a todos quantos acompanharam e vibraram com o êxito alcançado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Educação: **“Renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar – ano letivo 2016/2017** - Como é do conhecimento superior, é anualmente celebrado entre o Município de Guimarães e a DGESTE, um Acordo de Cooperação, para atribuição de apoios financeiros destinadas a assegurar o desenvolvimento das AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família), para as crianças matriculadas nos Jardins de Infância da rede pública. Para a renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, a vigorar de 1 de setembro de 2016 a 31 de julho de 2017, procedeu-se ao preenchimento dos mapas com o número de alunos matriculados nos Jardins de Infância da rede pública e que, no corrente ano letivo, estão a usufruir de almoço e prolongamento de horário. Assim, com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, informa-se que irão beneficiar deste tipo de apoio 52 Jardins de Infância, abrangendo um total de 1.401 crianças para almoço e 1.175 para prolongamento de horário, o que implica por parte da DGESTE a atribuição de uma verba mensal previsível no valor de €81.231,24. Mais se informa

que o assunto deverá ser presente a Reunião de Câmara para conhecimento. Em anexo seguem os mapas que constituem o Anexo do Acordo de Cooperação, devidamente preenchidos. À consideração superior.” -----

2. Da seguinte informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento: **“Realização de estudo sobre estacionamento automóvel na área urbana central de Guimarães** - Refere-se a presente informação técnica ao estudo a realizar sobre estacionamento automóvel e, indiretamente, pedonalização na área urbana central do município de Guimarães. Fruto do seu desenvolvimento e crescimento, há muito que o tema do estacionamento automóvel surge recorrente no debate e reflexão urbanos da mesma área física. Considerado fundamental como complemento às atividades funcionais da cidade – habitação, comércio, serviços, ... - exigente ao nível da ocupação do espaço físico e com implicações grandes na qualidade de vida da população – nomeadamente ao nível da mobilidade e ambiente – hoje, o estacionamento automóvel é elemento importante e incontornável no desenho das (novas) estratégias urbanas para o território. Esta realidade visibiliza-se ainda mais quando se vive um momento de maior defesa da pedonalização do espaço público e seu usufruto comunitário, temas cada vez mais prementes, dir-se-á mesmo prioritários, na gestão e transformação do espaço urbano. Por outro lado, e a reboque do fomento da bicicleta como meio de transporte generalizado e criação de condições de circulação adequadas, importa libertar espaço “viário”, hoje, dedicado ao automóvel em favor da bicicleta e peão. Desta realidade resulta natural a necessidade de se promover uma reflexão dedicada e específica deste tema (claro está, sem prejuízo de todos outros estudos em curso e realizados,



nomeadamente plano de mobilidade – que deverá cruzar e incluir criticamente esta mesma reflexão nos seus resultados finais), reflexão essa a materializar em estudo atento a duas premissas que se consideram fundamentais (para lá do natural conhecimento técnico necessário para o efeito): 1. Conhecimento da realidade em estudo e, de alguma forma, identidade e sentido de pertença com a cidade de modo a não só, racionalmente, promover a análise crítica da realidade como também perceber as suas dinâmicas, hábitos e idiossincrasias; 2. Visão global do tema que, em simultâneo, seja suficientemente assertiva na análise e perspetiva do caminho a seguir para adoção de soluções e medidas de melhoria; suficientemente aberta e entendível por todos para que se possa promover um debate e discussão pública alargada e participada (num tema que, incontornavelmente, a todos implica). Perante o exposto (e sem prejuízo de todos outros estudos e planos em curso e perspetivados que, conjuntamente, deverão ser alvo de momento síntese e condensação em documento final referenciador), e em função do solicitado e anunciado pelo Sr. Presidente, afigura-se útil a realização de um estudo temático sobre estacionamento relativo à área urbana central do Município, visando a construção de uma ideia analítica e propositiva sobre o estacionamento automóvel nesta mesma área, nomeadamente identificando possibilidades de soluções e atuações de modo a, posteriormente, suportar a sua disponibilização geral e realização de uma “discussão pública” sobre o tema do estacionamento automóvel tão alargada quanto possível. Este estudo deverá ponderar os cenários plausíveis e possíveis, nomeadamente incorporando na reflexão o estacionamento automóvel à superfície e aquele em parque subterrâneo, em estrutura edificada existente (por exemplo, aproveitamento de

contentores industriais devolutos) ou novas estruturas (perspetivadas – como o parque de estacionamento de Camões – ou outras ainda não identificadas), bem como incluindo no trabalho analítico e reflexivo lugares tão emblemáticos e complexos como o largo República do Brasil e a alameda Dr. Alfredo Pimenta, espaços e terrenos livres como a parte superior das Hortas e terreno posterior ao hotel de Guimarães entre outros, mais próximos ou afastados do centro, num esforço de chamar à reflexão e debate o maior número de possibilidades e cenários para posterior discussão pública informada, transversal e assertiva. Tal como atrás exposto, porque se entende benéfico cruzar a experiência de atuação na temática da cidade, a relação emocional e o conhecimento do autor do estudo com e sobre a cidade, bem como o reconhecimento da capacidade técnica para o efeito, identificou-se o arquiteto Fernando Seara de Sá como uma opção possível e viável para autoria e coordenação do mesmo estudo. Assim, e nos termos das disposições regulamentares e legais em vigor, nomeadamente código de contratação pública, deverá realizar-se um procedimento de ajuste direto com o arquiteto Fernando Seara de Sá (ou empresa ao mesmo associado) para a realização do “estudo sobre estacionamento automóvel na área urbana central do município”. Face ao exposto, submete-se à consideração superior a decisão da realização do procedimento de ajuste diretor descrito, a aprovação dos seus pressupostos e termos bem como autorização para iniciar o processo relativo à materialização efetiva do ajuste direto mencionado. Igualmente, submete-se à consideração superior a submissão desta informação, e seu conteúdo, para conhecimento do Órgão Executivo.” -----

3. Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património



Municipal: "Decorrente da obra de reperfilamento da rua da Maina, da freguesia de Urgezes, que se destina a integrar o domínio público municipal, torna-se necessária a ocupação de uma parcela de terreno sito no Lugar das Fontainhas, freguesia de Urgezes, com a área de **131 m²**, propriedade do Sr. Carlos Antunes Ferreira Monteiro. Na sequência de reuniões havidas com o proprietário, foi solicitado pelo mesmo o pagamento de **€1.000,00**, pela aquisição da referida parcela de terreno, assim como a vedação do seu terreno na parte em que forem demolidos os bardos existentes. De acordo com o relatório de avaliação elaborado por perito da lista oficial, o valor a atribuir àquela parcela de terreno é de **€6.618,12**. Assim, nos termos do artigo **11º do Código das Expropriações**, submete-se à consideração superior a aquisição, ao Sr. Carlos Antunes Ferreira Monteiro, da parcela de terreno abaixo identificada, pelo valor total de **€1.000,00** (mil euros): **Parcela 3C** - com a área de 131 m² - destinada a integrar o domínio público municipal, a desanexar do prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo 215º e a desanexar do prédio descrito na competente conservatória sob o n.º 374/19910410 de Urgezes, com um valor atribuído de €1.000,00, necessária à execução da obra de reperfilamento da Rua da Maina.

Confrontações: Norte: Com o próprio; Sul: Rua da Maina; Nascente: Rua Cândido José de Carvalho; Poente: Maria da Conceição Meira Leite Coutinho Trindade. Caso a presente informação venha a merecer concordância superior, deverá ser remetida à DEP para os devidos procedimentos, assim como ser submetida à Câmara Municipal para conhecimento. A presente despesa está cabimentada sob o n.º 801/2017. À consideração superior." -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2017. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - ILUMINAÇÃO LED NA REDE IP – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do

Presidente da Câmara, datado de 16 de janeiro de 2017, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DE (Divisão de Empreitadas). Nesta sequência, e em resposta às mesmas, foi elaborada a informação que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art.º 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da referida informação, considerando-se rejeitados todos os erros e omissões que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 19 de janeiro de 2017 até às 18:00:00 horas e serão abertas às 11:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a resposta às listas de erros e omissões apresentadas.” A lista de erros e omissões aprovada dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA RUA DE FRANCOS E NOVO ACESSO À UNIVERSIDADE DO MINHO - AZURÉM - ERROS E OMISSÕES - RATIFICAÇÃO**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de janeiro de 2017, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos). Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art.º 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 19 de janeiro de 2017 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida." A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - 2016 -

SUPRESSÃO DE TRABALHOS – Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a informação datada de 25 de Janeiro de 2017, relativa à supressão de trabalhos da obra identificada em epígrafe, no valor de €24.477,20 + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO “CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE” – Presente a seguinte proposta: “Em 2016, a Câmara Municipal de Guimarães considerou pertinente a implementação do Projeto “Consigo” na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Sudoeste da Montanha da Penha (constituída pelas freguesias de Pinheiro e Infantas e pelas Uniãos de Freguesias de Tabuadelo/ S. Faustino, Serzedo/ Calvos e Abação/ Gémeos), atendendo à necessidade de proporcionar respostas de intervenção social baseadas na promoção de condições de autonomia e de bem-estar, facilitadoras da permanência de pessoas dependentes, no seu domicílio e no seu meio familiar e social. O Projeto Consigo tem como objetivo o acompanhamento, em contexto domiciliário, dos idosos referenciados pelo programa Guimarães 65+, e de pessoas com necessidades especiais, bem como providenciar, junto dos seus cuidadores, os meios necessários para esse acompanhamento (através da criação de um banco de produtos adaptativos e da introdução de procedimentos de reciclagem e/ou reutilização de equipamentos adquiridos e/ou doados ao projeto, contribuindo para a redução do impacto ambiental e para a preservação do ambiente). Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar: uma psicóloga clínica e de saúde, uma educadora social com especialidade em adultos e um técnico



para apoio administrativo e logístico. Durante os nove meses de execução deste projeto, os resultados na melhoria da qualidade de vida das pessoas que apresentam algum grau de incapacidade e dos idosos em situação de isolamento foram evidentes. Desde a entrada em vigor do regulamento de funcionamento do projeto (publicado em D.R. a 27/09/16), esta equipa acompanhou 45 idosos referenciados pelo Programa Guimarães 65+ e 13 famílias no âmbito da psicoeducação, privilegiando sempre para o efeito um atendimento de proximidade através da realização de visitas domiciliárias (133 visitas realizadas até dezembro 2016). Todos estes resultados são reflexo do envolvimento dos 11 parceiros formais do projeto e da comunidade local, sendo de salientar a doação de 46 equipamentos adaptativos ao "Consigo" (dos quais 30 destinados à reciclagem e 16 à reutilização). Considerando a pertinência deste projeto e o caráter inovador das respostas oferecidas a este público, e tendo também em linha de conta os resultados obtidos na melhoria da sua qualidade de vida, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade do Projeto "Consigo", o que implica a transferência, a título de subsídio, do valor de €60.000,00 (sessenta mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2017 a 12 de março de 2018), à Junta de Freguesia de Infantas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa." A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO “INTERVENÇÃO LOCAL: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA” – Presente a seguinte proposta: “Na 1.^a

edição do Orçamento Participativo teve início o Projeto “Intervenção Local: Promoção da Qualidade de Vida”. Dirigido a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, este projeto tem como principais objetivos desenvolver estratégias de intervenção adequadas às necessidades e potencialidades individuais, prestar apoio a idosos em situação de isolamento e/ou fragilidade, promover a participação social, proporcionar proteção e segurança, maximizar o bem-estar físico, social e mental ao longo da vida e proporcionar terapia ocupacional a algumas instituições com valências de apoio a idosos da Comissão Social Interfreguesias (CSIF) do Oeste. Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar: uma terapeuta ocupacional, uma assistente social e uma educadora social. Volvidos quase dois anos de execução, esta equipa de profissionais colaborou com quatro instituições da CSIF no acompanhamento de 101 idosos integrados em valências sociais, e implementaram uma universidade sénior, a Academia da Razão, que conta com a participação semanal de 44 idosos com idades compreendidas entre 59 e 82 anos, proporcionando um conjunto diversificado de atividades, o que permite uma melhoria significativa na sua autonomia e qualidade de vida e um envelhecimento saudável e ativo, condições que retardam quadros de dependência e demência. Estes resultados não só refletem o trabalho e a pro-atividade da equipa, como o envolvimento destes agentes ao nível da articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando a sua mais-valia na garantia de uma maior qualidade de vida a esta população, submete-se à aprovação da



Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade deste projeto, o que implica a transferência, a título de subsídio, do valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2017 a 12 de março de 2018), para a Junta de Freguesia de Ronfe, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE AZURÉM - PROJETO “OFICINA DAS LETRAS” - MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR – Presente a seguinte informação: “Pela vulnerabilidade que tendencialmente lhes está associada, as pessoas idosas vivem, por vezes, relações familiares e sociais de carência económica e de discriminação social, constituindo um dos grupos mais desprotegidos da população. Efetivamente, a reorganização das dinâmicas e das morfologias das famílias, as mudanças no ritmo de vida e a realidade crescente de mobilidade profissional, conduz à erosão da retaguarda familiar, aumentando, consequentemente, as situações de isolamento social e a necessidade de recurso à integração dos idosos em respostas sociais. Torna-se assim premente um maior investimento na promoção de políticas que ajudem a encarar o envelhecimento com dignidade, orientação plasmada no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo (2015-2020), que pressupõe o alargamento de respostas adequadas às necessidades da

população, numa lógica de adaptação às características e expectativas de cada um. Neste contexto, o projeto "Oficina das Letras" visa promover a reeducação, através do domínio da expressividade oral e escrita, combatendo o analfabetismo e a iliteracia, e promovendo o enriquecimento do património cultural das pessoas com idade igual ou superior a 55 anos com baixa escolaridade, na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Comunidade Solidária, que integra as freguesias de Azurém, Creixomil, Fermentões, Penselo e Silvares. Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de um profissional da área da educação, que dinamiza um conjunto de sessões, oficinas e outras atividades junto da população-alvo. Reconhecida a importância das estratégias de estimulação cognitiva na prevenção e/ou diminuição da incidência de problemas demenciais, e também o carácter inovador deste projeto, que oferece respostas diversificadas para este público, numa lógica de promoção do bem-estar, da autoestima e da valorização pessoal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a aprovação da execução do Projeto "Oficina das Letras", que pressupõe a transferência, a título de subsídio, do valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), correspondente ao período de 12 meses (de 13 de março de 2017 a 12 de março de 2018), à Junta de Freguesia de Azurém, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro." A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS –



CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de idosos da Universidade Sénior da freguesia supracitada, no dia 25 de janeiro de 2017. Considerando que se trata de uma visita de estudo para a concretização da Jornada Cultural, no âmbito da disciplina *História de Guimarães*, promovida pela Universidade Sénior de Moreira de Cónegos e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 18 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE S.TORCATO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A RECONSTRUÇÃO DE MURO NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA RUA FRANCA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de S. Torcato pretende reconstruir um muro de vedação no âmbito do alargamento da rua Franca, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães e apresentando para o efeito um orçamento no valor de €9.031,94, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de S. Torcato, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €9.573,86, destinado à execução da obra de acima identificada, ao abrigo do

disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

FREGUESIAS - FREGUESIA DE URGEZES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO RÉ-DO-CHÃO DO EDIFÍCIO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Urgezes pretende requalificar o rés-do-chão do edifício da sede da Junta de Freguesia, nomeadamente executar obras de adaptação e melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, a remodelação do serviço de atendimento ao público, e ainda a implementação de medidas de eficiência energética, tendo apresentado para o efeito um orçamento no valor de €50.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães no valor de €22.000,00. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Urgezes, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €22.000,00, destinado à execução da obra acima identificada, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR**

**UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----****FREGUESIAS - FREGUESIA DE PONTE – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOVENTE DA ESCOLA E.B.2,3. E NOVO ACESSO AO CENTRO ESCOLAR – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO –** Presente

a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 28 de dezembro de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 15 de dezembro de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Ponte para execução da obra de “requalificação da zona envolvente da escola E.B.2,3 Arquiteto Mário Cardoso, bem como o novo acesso ao Centro Escolar”, bem como a atribuição de uma verba no valor de €60.000,00. O Presidente da Junta de Freguesia solicitou a alteração do objeto e do prazo do Contrato acima identificado, de forma a incluir a obra relativa ao alargamento da rua Reitor Francisco José Ribeiro, bem como do Largo da Igreja (alargamento da fachada da Quinta dos Cascos), e ser possível concluir as obras durante o ano de 2017. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a alteração da deliberação da Câmara Municipal de 15 de dezembro de 2016 e da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2016, que aprovaram aquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, alterando-se o objeto do Contrato, nomeadamente: “ O presente contrato tem por objeto a execução da obra de requalificação da zona envolvente da escola E.B.2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, o novo acesso ao Centro Escolar de Ponte, alargamentos da rua Reitor Francisco José Ribeiro, bem como do Largo da Igreja (alargamento

da fachada da Quinta dos Cascos).”, e ainda o respetivo prazo: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017”, bem como a transferência da correspondente verba para o ano de 2017.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE FERMENTÕES - PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Fermentões pretende pavimentar vários arruamentos, nomeadamente: rua do Assento, rua Almansor, rua de Grisel, rua da Pereira, rua Adelina Castro Costa e rua do Pulo, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar nos locais em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €210.847,26, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, os seguintes apoios à Freguesia de Fermentões: 1. a atribuição de uma verba no valor de 199.097,11€, destinado à pavimentação da rua de Grisel, rua da Pereira, rua Adelina Castro Costa e rua do Pulo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. 2. a atribuição de uma verba no valor de €24.400,99, destinado à pavimentação da rua do Assento e rua Almansor, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de



autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BRITO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSA DOM AFONSO HENRIQUES Nº 2, TRAVESSA DE S.JOSÉ, RUA VASCO DA GAMA, RUA DA CHÃ/RUA DO SALGUEIRAL, RUA D.AFONSO HENRIQUES, RUA DAS BOUÇAS E RUA VALDANTE – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Brito pretende construir passeios e rede de drenagem de águas pluviais, no âmbito dos trabalhos de requalificação de várias ruas da freguesia, nomeadamente: Travessa Dom Afonso Henriques nº 2, Travessa de S. José, rua Vasco da Gama, rua da Chã/rua do Salgueiral, rua D. Afonso Henriques, rua das Bouças e rua Valdante, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães e apresentado para o efeito um orçamento no valor de €28.389,33, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Brito, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 30.092,69€, destinado à execução dos trabalhos acima identificados, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR**

UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO – CONCURSO DE IDEIAS – Presente a seguinte proposta: “Refere-se a presente informação técnica a um “concurso de ideias” que se deseja promover para o Município de Guimarães de modo a possibilitar e favorecer a participação de toda a comunidade na construção e transformação do território vimaranense. Na sequência de tal intenção e decorrido o período legal da apresentação de contributos para a elaboração do respetivo regulamento do concurso (o qual se desenvolveu em setembro ‘16 após deliberação de abertura de procedimento por parte do Órgão Executivo), julgam-se reunidas as condições necessárias para submeter ao Órgão Executivo a aprovação do regulamento do concurso de ideias e todo o processo subjacente ao mesmo. De modo a contextualizar e, sucintamente, descrever e caracterizar o concurso em causa: No pós 25 abril (74), Guimarães tem registado um processo de ocupação e transformação sol solo único e singular na sua forma, intensidade e resultado. Forma porque soube eleger prioridades e fatores qualificadores do território, porque soube preservar o seu património e construir património, porque soube dotar-se de equipamentos e infraestruturas com impacto e expressão na qualidade de vida dos seus habitantes. Intensidade porque, embora a diferentes ritmos (porque diferentes foram também os contextos financeiros e social que informaram), este processo se afigurou contínuo e regular, perpassando por quarenta anos de história sem interrupção ou omissão. Resultado porque alcançou uma qualidade urbana ou projeção supramunicipal muito expressiva e significativa para uma “cidade média” que motivou a classificação do seu centro histórico como património cultural da humanidade e designação de capital



européia da cultura em 2012. De tal forma se julga singular este processo que, independentemente das suas qualidades e eventuais fragilidades, o território vimaranense (tantas vezes apresentado como o rosto do Vale do Ave) é, hoje, motivo de atenção e estudo, investigação e investimento. Na convicção de que o território se vai construindo por camadas que se ajustam e sedimentam, entende-se, hoje, viver um tempo novo de olhar para o território municipal sem esquecer, ou ultrapassar, a sua identidade e história (antes, pelo contrário, valorizando e recentrando a ocupação e transformação do território nessas mesmas identidade e história como fundamentos indispensáveis ao pulsar de Guimarães). Fruto de um contexto económico e social específico, da consolidação do processo de regeneração urbana, da entrada em vigor de novos instrumentos de gestão territorial – (revisão do) plano diretor municipal – e de gestão e apoio financeiro – Portugal 2020 – é convicção de que, hoje, importa atender a esta realidade específica e, num processo contínuo e de ajustamento, acrescentar mais um ciclo de intervenção no território capaz de elevar e projetar ainda mais Guimarães como uma cidade de referência! Ao longo dos últimos tempos, foi produzido um trabalho de planeamento estratégico, complementado com as necessárias visões parcelares da economia, da urbanística, da arquitetura, do ambiente e património, entre outros, que visou construir uma plataforma de partida e de referência para este novo ciclo. Plataforma estruturada em função de: 1. (candidatura de) Guimarães capital verde europeia, assumindo-se esta realidade como catalisadora e indutora de um processo de (re) apropriação do território cada vez mais assente em valores sustentáveis (ou seja, no equilíbrio entre a economia, a sociedade, a cultura e o ambiente); 2. Candidatura

da zona de Couros a património cultural da humanidade, reconhecendo-se e valorizando-se a riqueza e potencial patrimonial que Guimarães possui; 3. Conformação de uma estratégia de desenvolvimento urbano estruturada em três áreas que se (julga) incontornáveis: a) A mobilidade e a forma como as pessoas se movem e deslocam; b) A regeneração urbana e a qualidade do espaço urbano que habitam e usufruem; c) A intervenção social ao nível das condições físicas das denominadas “comunidades desfavorecidas” e efetiva integração do espaço que habitam no tecido urbano do Município. 4. Desenvolvimento de um conjunto de ações, quer do ponto de vista do planeamento, quer do ponto de vista do projeto e da captação de apoios financeiros potenciadores da confirmação da viabilidade da concretização do pensamento urbano entretanto construído sobre a cidade. Hoje, é convicção de que esse trabalho se encontra consolidado e maturado no sentido da identificação de estratégias e prioridades, exequibilidades físicas e financeiras, das necessidades da cidade e do retorno desse trabalho para a cidade. Porque assim é, e tendo presente que um município contemporâneo é aquele que procura e fomenta a participação pública em todo o processo de gestão territorial, considera-se momento adequado de convocar a população, nas suas mais diversas formas de participação e agregação, a intervir no processo, convidando-a a refletir criticamente sobre o trabalho já feito bem como ousar propor ideias e intervenções, projetos e obras que entendam necessárias, úteis e desejáveis para Guimarães. Não se trata de plebiscitar ou referendar opções e trabalho já feito, nem tão pouco legitimar e avaliar, mas sim, e de forma significativa, envolver os cidadãos de forma mais assertiva e ativa na construção do território que habitam, valorizar as suas ideias e pensamento e possibilitar uma



ideia global de Guimarães, tão alargada quanto possível, “de todos e para todos”! e, complementarmente, reconhecer e rentabilizar a capacidade e conhecimento críticos de cada um na construção de um território que se deseja, cada vez mais, comunitário e partilhado. Na prática, e tendo como ponto de partida a visão de cada um sobre o território e todo o trabalho já desenvolvido pelo Município – sendo este parte integrante do processo e disponibilizado à população nos seus documentos mais estruturantes (mas nunca parte condicionadora ou limitadora da reflexão crítica e propositiva que se deseja todos possam desenvolver - projetar-se uma nova e (mais) aprofundada) fase de trabalho, promovendo a interação com a população na construção de uma estratégia global final que se deseja o mais abrangente e consensual possível. Em síntese, deseja-se promover uma ação de envolvimento e participação de todos na construção do território vimezanense. Sem questionar a responsabilidade da decisão mas valorizando a participação comunitária e a capacidade e envolvimento da população nas questões estruturais que reportam ao território que habitam e ocupam, procura-se fomentar e materializar ideias e propostas, tão exequíveis quanto inovadoras, tão qualificadas quanto abrangentes, para melhor gerir e transformação do território que, mais uma vez se afirma e reafirma, é “de todos e para todos”! **Assim, e face ao exposto, submete-se à consideração superior a apresentação ao Órgão Executivo para aprovação do regulamento do concurso de ideias sobre o território do Município de Guimarães e todo o processo subjacente ao mesmo.** Refere-se ainda que, por se desejar uma participação o mais alargada e diversa possível, e sem prejuízo, se entende dever promover convite direto (para participação) de entidades e associações

locais, bem como técnicos (arquitetos, engenheiros, ...) constantes da base de dados do Município, acentuando assim o interesse, vontade e importância que o Município confere à participação o mais alargada e intensa possível. Em anexo, junta-se: 1. Regulamento do concurso de ideias; 2. Síntese do processo; 3. Imagem cooperativa.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTÓCOLOS - CONTINUIDADE DO PROJETO “APOIO DOMICILIÁRIO A PESSOAS COM PERTURBAÇÃO MENTAL” –

Presente a seguinte proposta: “O Projeto “Apoio Domiciliário a Pessoas com Perturbação Mental” tem como objetivos principais aproximar os cuidados hospitalares primários e diferenciados dos doentes e das suas famílias, e facilitar a continuidade destes cuidados através do acompanhamento no domicílio dos doentes referenciados pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital Senhora de Oliveira. Este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar constituída por 1 enfermeiro, 1 assistente social e 1 psicóloga, contando igualmente com a colaboração de 7 médicos psiquiatras. Surgiu na 1.ª edição do Orçamento Participativo 2013, e atendendo aos resultados obtidos na melhoria do bem-estar dos doentes, em 2016, a Câmara Municipal de Guimarães garantiu a sua continuidade, através da cedência de viatura e de um motorista, uma vez por semana. Em dois anos de execução, esta equipa acompanhou 244 doentes com diagnóstico de esquizofrenia e outras perturbações psicóticas, com descompensações frequentes e com graves disfunções no funcionamento pessoal, familiar e social, e realizou acompanhamento em regime de tratamento compulsivo, através de 435 visitas domiciliárias. Estes profissionais passaram também



a acompanhar doentes seguidos na consulta de Psicogeriatria (com idade igual ou superior a 65 anos) que apresentam quadros demenciais severos ou outras psicopatologias (59 consultas em visitas domiciliárias). Os resultados da implementação deste projeto traduzem-se num aumento significativo da adesão às consultas hospitalares, aos tratamentos injetáveis e também aos reinternamentos. Refletem ainda o forte envolvimento destes agentes locais e a qualidade da articulação interinstitucional levada a cabo, o que permite maior rentabilização e partilha de recursos. Considerando o acima exposto, e assumida a mais-valia deste projeto, na medida em que oferece respostas adequadas às problemáticas da população-alvo, possibilitando uma prestação de cuidados de proximidade, uma maior participação dos doentes e das suas famílias no seu contexto de vida, na sua habitação e na sua comunidade, combatendo mitos associados à doença mental e concorrendo para uma comunidade mais sã e inclusiva, submete-se, para aprovação, a proposta de renovação do Protocolo de Cooperação com o Hospital da Senhora da Oliveira, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2017 – Presente a seguinte proposta.

“Considerando que o Orçamento Participativo (OP) se tem assumido como um instrumento fundamental de participação dos cidadãos em Guimarães, ajudando com as suas propostas a adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas; Considerando, ainda, que o OP tem potenciado o exercício da cidadania informada, ativa e

responsável, no âmbito de uma política de governação municipal que tem procurado, nos últimos anos, fomentar o debate público dos instrumentos de gestão do território ou sobre questões fundamentais para a governação do Município; Considerando, ainda, que o OP deve ser um processo dinâmico, que acolha permanentemente as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades da nossa população; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu, mais uma vez, os cidadãos e as forças políticas locais num processo de análise, debate e discussão sobre a metodologia a definir para esta quinta edição do OP, procurando não só adequar, adaptar e corrigir alguns dos constrangimentos e fragilidades detetados, como igualmente consolidar as boas práticas adquiridas nas anteriores edições, como o recurso às novas tecnologias que possibilitam uma maior facilidade e segurança na participação por parte de todos os cidadãos. Como resultado dessa reflexão, proponho que a Câmara Municipal aprove as Normas de Participação da V edição do Orçamento Participativo de Guimarães e da III edição do Orçamento Participativo das Escolas para 2017.” As Normas de Participação da V edição do Orçamento Participativo de Guimarães e da III edição do Orçamento Participativo das Escolas para 2017 dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo.-
REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE

**FUNCIONAMENTO DA INCUBADORA DE BASE RURAL DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte informação: “Os serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães, através do qual se pretende estabelecer o modo de funcionamento da Incubadora, cuja função é ajudar e apoiar os promotores de projetos de empreendedorismo de base rural, disponibilizando-lhes meios e condições favoráveis à transformação de ideias e projetos inovadores em planos de negócios e estes em organizações empresariais de sucesso. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “*site*” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação do contributo para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE UM REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL

SOBRE IMÓVEIS NAS ZONAS CLASSIFICADAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Os

serviços municipais pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento que defina as regras para a concessão de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis nos edifícios localizados nas zonas classificadas do concelho de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação do contributo para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os

Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Neste ponto é-nos proposto um início de procedimento para *“aprovação de um regulamento”* que defina *“as regras para a concessão da isenção de IMI nos edifícios das zonas classificadas do concelho de Guimarães.”* Lemos e ficamos absolutamente surpreendidos. Porque se se vai conceder isenção em edifícios, pode presumir-se ter a Câmara desistido da classificação conjunta,



do conceito de conjunto que sempre usou como argumento. Porque se se vai elaborar um regulamento, pode presumir-se ter a Câmara desistido do argumento de que se trata de matéria da exclusiva competência legislativa do Governo. A verdade é que, em 09.04.2014, os vereadores PSD-CDS apresentaram para deliberação proposta na qual propunha a classificação individual dos prédios situados no Centro Histórico classificado. E, independentemente da orientação concreta, assumia-se aqui um modo de atuação político, que constava aliás dos próprios considerandos da proposta: *"Mais do que discutir a justeza ou não da interpretação que tem vindo a ser seguida pela Fazenda Pública, cada município tem na sua mão a possibilidade de reverter esta situação para futuro através da classificação de cada um dos prédios que até aqui beneficiavam da isenção de IMI"*. Reforçado ainda com as declarações do vereador André Coelho Lima no final da reunião, citadas na edição de 23.04.2014 do jornal Comércio de Guimarães: *"Está-se a discutir se o Estado vai ou não isentar e enquanto se discute isso, a Câmara fazia o seu trabalho. A questão é linear e uma coisa não implica a outra e a questão é essa diferença de entendimento."* PS e CDU votaram contra, tendo chumbado tal iniciativa. Ainda nesse mesmo mês, na sessão da Assembleia Municipal de 24.04.2014, o Grupo Parlamentar do PSD propôs *"recomendar à Câmara Municipal que, no mais curto prazo, elabore regulamento municipal..."* neste mesmo sentido. Esta moção foi reprovada com os votos contra, entre outros, do PS. E hoje, propõem-nos a *"aprovação de um regulamento"* com esta mesma finalidade...Três anos se passaram sem que a Câmara tivesse atuado, como lhe competia. Durante este período, classificando individualmente os edifícios ou como um todo, a Câmara tinha o dever de ter avançado. Não avançou,

rejeitou as iniciativas políticas da oposição que instavam nesse sentido e agora, três anos volvidos, dá seguimento ao que já recomendava o grupo parlamentar do PSD em 24.04.2014. E que na altura, rejeitou. No decurso de todo este período ainda ocorreram três anúncios públicos do Presidente de Câmara de que o Centro Histórico iria ver os seus prédios isentos do pagamento do IMI. Todos amplamente divulgados pela comunicação social local, nenhum deles concretizado e um mesmo contrariado categoricamente pelo Ministro das Finanças. Ainda no decurso deste período, a maioria socialista conseguiu propor, nas normas do orçamento municipal para 2017, uma majoração de 30% nos edifícios devolutos. O que, uma de duas: ou implicava majorar o IMI em todos os edifícios do concelho menos nos que estejam situados no Centro Histórico (o que é um paradoxo absoluto por ser esse o local de maior interesse objetivo na sua recuperação) ou, obviamente, coloca a maioria socialista em absoluta contradição consigo própria, isto é, com o conceito de conjunto, de unicidade do Centro Histórico. Porque no que é uno não podem ser operadas divisões. É neste constante ziguezaguear de posições que agora, três anos volvidos, a Câmara decide elaborar um regulamento municipal para regular a atribuição de isenções de IMI no Centro Histórico. Deixando cair o argumento de que apenas mediante a alteração legal se poderia mexer nesta matéria. E decide ainda penalizar com uma majoração de 30% de IMI os prédios devolutos, deixando cair o argumento de unicidade e de conjunto com que argumentou ter votado contra a iniciativa política dos vereadores da coligação Juntos por Guimarães de 09.04.2014. Porque convenhamos, classificar o conjunto do imobilizado dele destacando alguns edifícios (veja-se que de acordo com estudo do Dr. João Gomes Alves, 33,6% dos edifícios



do Centro Histórico estão em mau estado ou em estado de ruína) ou, na inversa, classificar individualmente os edifícios fazendo-o apenas com os 66,4% considerados em bom estado ou condições razoáveis, é exatamente a mesma coisa. E já agora, quanto à circunstância – menos importante mas que importa enunciar ainda assim – de se operar ou não a classificação individual dos edifícios, responde-se com citação rigorosa do ofício do Ministro das Finanças Mário Centeno: *“O Governo entende que a interpretação veiculada pela Autoridade Tributária e Aduaneira é aquela que melhor defende os interesses dos municípios e da sua autonomia, podendo estes, querendo, no atual quadro legal, promover a classificação individual de quaisquer imóveis, entre os quais os imóveis situados em centros históricos classificados pela UNESCO, e assim determinar a isenção em sede de IMI dos mesmos.”* Acrescentando ainda que: *“Uma clarificação do sentido ou alteração do regime deve ir no sentido de consolidar e reforçar o papel dos municípios na determinação de isenções, e não no sentido da criação destas por lei...”* O Presidente de Câmara manifestou hoje que apenas mediante uma alteração legislativa o regulamento ora aprovado entraria em vigor. Como não é possível fazer-se a quadratura do círculo, resta saber quem muda radicalmente de opinião, se o Presidente de Câmara de Guimarães, se o Ministro das Finanças. Em todo o caso, como o que hoje nos propõe representa exatamente aquilo que os vereadores subscritores e as forças políticas que os suportam propuseram em abril de 2014 e defendem desde então, naturalmente, porque coerente com a posição sempre defendida, votamos **favoravelmente.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RENOVAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA,**

NA MODALIDADE DE AVENÇA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS GAMA LOBO XAVIER, LUIS TEIXEIRA E MELO E ASSOCIADOS – Presente a seguinte informação: "A Câmara Municipal de Guimarães celebrou, em 15 de janeiro de 2015, um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados. Esse contrato corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da atividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: a) Representação da Câmara Municipal de Guimarães em todos os atos e termos de processos judiciais em que a mesma seja interessada, no âmbito do Direito Administrativo e da Contratação Pública de qualquer natureza; b) No âmbito dos mesmos ramos de direito, prestar os serviços judiciais de acompanhamento e consultoria, ainda que extra judiciais ou pré judiciais, designadamente quanto a processos remetidos ao Tribunal de Contas e elaborar, se pedidos, quaisquer pareceres ou consultas, verbais ou escritas. c) Representação da Câmara Municipal de Guimarães em todos os atos e termos de quaisquer processos judiciais no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar, incluindo a minuta e apresentação de participações, acompanhamento de diligências, dedução de pedidos de indemnização cível, bem como de desistência de queixa, desde que a Câmara seja nesses processos parte, assistente, ou diretamente interessada; d) Prestar em relação aos mesmos ramos de direito os serviços extra judiciais preliminares de acompanhamento e consultoria, prestando, quando solicitados, pareceres ou consultas, verbais ou escritas. e) Representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Guimarães em todos os atos e termos de quaisquer processos no âmbito do Direito Fiscal, de natureza Notarial, ou de Registos,



através da prestação de informações, em pareceres ou consultas, verbais ou escritas. f) Representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Guimarães em todos os atos e termos de quaisquer processos no âmbito do Direito Civil e Comercial, através da prestação de informações, em pareceres ou consultas, verbais ou escritas. Entretanto, tendo terminado o segundo ano de contrato, e prevendo este a possibilidade da sua renovação por iguais períodos, é agora necessário renovar este contrato por mais um ano, tendo já a anuência da contraparte. Submete-se, assim, à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual, do art.º 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, diploma que aprovou a Lei do Trabalho em Funções Públicas, e do art.º 51.º da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro (LOE 2017), seja apresentada proposta para que a Câmara Municipal autorize a renovação daquele contrato de prestação de serviços por mais um ano, considerando os seguintes elementos: **a)** O objeto do contrato é a contratação de uma prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito, pelo montante anual de **52.200,00€**, a que corresponde um valor de avença mensal de **4.350,00€**, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. **b)** A este valor a crescem as despesas relacionadas com o expediente dos processos, custos administrativos, taxas de justiça e outros que serão pagos mediante fatura e que, em função dos valores gastos no ano passado, se estima num valor anual de **2.500,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. **c)** A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. **d)** Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-

colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. **e)** Informa-se, ainda, que a presente renovação cumpre o limite previsto no n.º 2 do art.º 49.º da LOE 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - OFERTA DE PUBLICAÇÕES À BIBLIOTECA, DURANTE O ANO 2016 – Presente a seguinte informação: “Para os devidos efeitos, remete-se à Reunião de Câmara a aceitação de 403 publicações oferecidas à Biblioteca Municipal, por várias entidades, durante o ano 2016, constantes da listagem em anexo. Informa-se que às ofertas referidas foram atribuídos os seguintes valores: Livro €20,00; DVD €15,00; CD €15,00. **2016** - 392 livros; 5 DVD; 6 CD; valor estimado (tendo por referência o valor de mercado) - **€7.845,00**. À consideração superior.” A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE ASSISTENTE OPERACIONAL – DIVISÃO DE TRÂNSITO E ESPAÇO PÚBLICO – Presente a seguinte proposta: “A Divisão de Trânsito e Espaço Público é responsável nesta autarquia por um conjunto de serviços, nos quais se incluem as oficinas auto, onde se efetua a manutenção, preventiva ou curativa, da frota municipal. Conforme salientado em informação do responsável por aquela unidade orgânica, as oficinas auto vivem atualmente uma situação de grande debilidade em termos de recursos humanos, quer devido a saídas de trabalhadores ainda não substituídos, quer por limitações físicas diversas de alguns trabalhadores ali em funções na prossecução das tarefas cometidas. A necessidade de reforço



da equipa operacional dos serviços das oficinas conduziu à previsão no mapa de pessoal aprovado para 2017 de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, para o exercício de funções de manutenção preventiva e curativa, deteção de avarias mecânicas, hidráulicas e elétricas, reparação, afinação, montagem e desmontagem de órgãos de veículos automóveis e máquinas, executando igualmente outros trabalhos de assistência e manutenção, bem como outras tarefas relacionadas. Torna-se, assim, necessário o recrutamento de um assistente operacional para as funções referidas, constituindo requisito de admissão, conforme definido no mapa de pessoal, a escolaridade obrigatória e habilitação legal para conduzir veículos da categoria B e C. Atento o princípio da boa administração, nas suas vertentes de eficiência, economicidade e celeridade, propõe-se que se realize desde já um procedimento concursal destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme permitido pelo n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo da prioridade de eventuais candidatos com vínculo por tempo indeterminado. Nestes termos, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a autorização para recrutamento de um assistente operacional para o exercício das funções acima referidas, no âmbito da Divisão de Trânsito e Espaço Público, bem como a autorização para que o procedimento concursal a realizar se destine a candidatos com e sem vínculo de emprego público. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa tem o adequado cabimento orçamental.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE DIRIGENTE PARA A DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL – Presente a seguinte

proposta: “A estrutura orgânica dos serviços do Município contempla, na área da Ação Social, duas unidades orgânicas: a Divisão de Ação Social, unidade flexível a que corresponde um chefe de divisão (dirigente intermédio de 2.º grau) e a Unidade de Apoio e Benefícios Sociais, esta a cargo de um dirigente intermédio de 3º grau. O cargo de Chefe de Divisão encontra-se vago desde a cessação de funções dirigentes da anterior titular, e o cargo de direção Intermédia de 3º grau encontra-se assegurado, em regime de substituição, pela técnica superior Alexandra Isabel Quinta Cunha. De acordo com informação da Sra. Vereadora da Ação Social, datada de 11 de outubro de 2016, o funcionamento da Divisão de Ação Social apenas com um dirigente na unidade de 3.º grau, cujas competências abrangem apenas uma parte das áreas funcionais daquele serviço, tem-se mostrado *“manifestamente insuficiente, revelando-se ineficaz na resposta ao volume de trabalho e às exigências técnicas inerentes às múltiplas áreas de intervenção da DAS, não permitindo responder, com a celeridade e eficácia necessárias, às problemáticas sociais do concelho”*, salientando ainda que *“a ausência da figura de um Chefe de Divisão gera igualmente perturbação significativa na gestão global de recursos humanos, dificultando a convergência das informações e os processos globais de organização e avaliação”*. Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal aprove, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de procedimento para recrutamento do cargo de Chefe da Divisão de Ação Social e que, ao abrigo do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte



proposta de constituição do júri daquele concurso. Presidente: Adelina Paula Mendes Pinto; Vogais efetivos: Antero Silva Oliveira e Jorge Nascimento Pereira Silva; Vogais suplentes. Amadeu Artur Matos Portilha e Paula Cristina Santos Oliveira. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se devidamente cabimentada.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR VOTAR, NO SEU CONJUNTO, A DESIGNAÇÃO DAS PERSONALIDADES PARA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DO JÚRI.** -----

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA –

Presente a seguinte proposta: “De acordo com informação do responsável pela Divisão de Administração Direta, vem-se agudizando a carência de assistentes operacionais em diversas áreas de atuação daquele serviço, em especial pelo facto de não terem sido substituídas as saídas de trabalhadores ocorridas nos últimos anos. A necessidade de reforço da equipa operacional dos serviços da Administração Direta conduziu à previsão no mapa de pessoal aprovado para 2017 de um conjunto de 11 novos postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, nas seguintes áreas de atuação e funções: Dois (2) assistentes operacionais para condução de máquinas pesadas de movimentação de terras e gruas, e para manobrar sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas; compete-lhes ainda zelar pela conservação, manutenção e limpeza das viaturas e comunicar as ocorrências anormais detetadas nas

viaturas. Condução de viaturas ligeiras ou pesadas (condutor de retroescavadoras); Dois (2) assistentes operacionais para assegurar tarefas de construção, manutenção e conservação de passeios, valetas e pavimentos em calçada, bem como do mobiliário urbano (balizadores, guardas de proteção, entre outros); efetuar os alinhamentos necessários para uma implantação correta (calceteiro); Quatro (4) assistentes operacionais para levantar e revestir paredes ou muros de alvenaria, assentar azulejos, ladrilhos e aplicar camadas de argamassa em superfícies de edificações; pintar todas as superfícies; efetuar acabamento de superfícies construídas. (trollha); Três (3) assistentes operacionais para proceder à conservação e limpeza de vias municipais, executar pequenas reparações e desimpedir os acessos, limpar valetas, compor bermas, desobstruir aquedutos e sistemas de drenagem de águas pluviais; compor pavimentos, efetuando reparações de calcetamento ou com massas betuminosas; executar corte em árvores existentes nas bermas das estradas. (Cantoneiro de vias municipais). Torna-se, assim, necessário o recrutamento de 11 assistentes operacionais para as funções referidas, constituindo requisito de admissão, conforme definido no mapa de pessoal, a escolaridade obrigatória. Atento o princípio da boa administração, nas suas vertentes de eficiência, economicidade e celeridade, propõe-se que se realize desde já um procedimento concursal destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme permitido pelo n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo da prioridade de eventuais candidatos com vínculo por tempo indeterminado. Nestes termos, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo



4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a autorização para recrutamento de onze assistentes operacionais para o exercício das funções acima referidas, no âmbito da Divisão de Administração Direta, bem como a autorização para que o procedimento concursal a realizar se destine a candidatos com e sem vínculo de emprego público. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e a respetiva despesa tem o adequado cabimento orçamental e compromisso. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FÍSICAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS – Presente a seguinte proposta: **"I - ENQUADRAMENTO:** 1. A **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL (doravante **TEMPO LIVRE**), é uma Cooperativa de Interesse Público constituída no dia 22 de Janeiro de 1999, por iniciativa do **MUNICÍPIO** de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de Março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro (adiante **DECRETO**); 2. O **MUNICÍPIO** é seu cooperante, e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentora de 89,22 % dos títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 4 do artigo 5.º dos seus estatutos, que dispõe que "nenhum membro admitido após a constituição da **TEMPO LIVRE** poderá subscrever títulos de capital cujo montante

represente mais de vinte por cento do total de capital social”. 3. Com a constituição da **TEMPO LIVRE**, de acordo com o seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área do desporto, atividade de interesse geral que a **TEMPO LIVRE** tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito, em benefício do Concelho de Guimarães. 4. O resultado de toda a atividade desenvolvida pela **TEMPO LIVRE**, quer através do fomento da atividade do desporto, quer através dos incentivos que imprime à prática do desporto e à promoção de alternativas saudáveis e enriquecedoras para a ocupação dos tempos livre da comunidade em geral, e jovens em particular, traduz a manutenção do modelo de gestão de excelência a que tem vindo a habituar os vimeanenses, com expressão a nível nacional e europeu. 5. De facto, e até à presente data, os processos de gestão rigorosos e equilibrados, implementados e mantidos pela **TEMPO LIVRE**, têm vindo a permitir rentabilizar os espaços de uma forma continuada, com melhorias na qualidade das instalações e dos serviços prestados, sempre em benefício último do **MUNICÍPIO**, que pretende ver essa atividade continuada pela **TEMPO LIVRE** em condições que possibilitem o acesso de todos os utentes aos equipamentos e infraestruturas coletivos para a prática de diversas modalidades desportivas. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 1. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas



participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 2. Estando, portanto, a **TEMPO LIVRE**, sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico, o que se confirma em relação a todas as alíneas nele plasmadas. 3. Pelo que, cumprindo todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**, o contrato programa que ora se submete a aprovação, não compromete a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. Assim, considerando que: 4. Todas as atividades promovidas pela **TEMPO LIVRE** são atividades de interesse geral na área do desporto, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. 5. O contrato-programa, doravante o CONTRATO, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. 6. A celebração daquele CONTRATO é condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**.

III – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FÍSICAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL: 1. Assente nas razões

enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o **MUNICÍPIO** de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL.

2. Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o **MUNICÍPIO** de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da **LAEL**, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área do desporto”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do **LAEL**, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da **LAEL**; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa:

3. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos serviços, constitui receita da Cooperativa de Interesse Público **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL;

4. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, para a



assunção de compromissos plurianuais de acordo com a seguinte repartição de encargos: 2017: €629.268,32 (8 meses) - 2018: €314.634,16 (4 meses). 5. Caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA POLÉ, NA FREGUESIA DE RONFE – Presente a seguinte proposta: "Por deliberação camarária de 16 de outubro de 2014, e sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 15 de dezembro de 2014, foi implementada no dia 16 de janeiro de 2015 a alteração ao trânsito nas Ruas José Mendes Gonçalves da Polé e Travessa do Souto, freguesia de Ronfe, com o objetivo de melhorar as condições de fluidez e segurança nos arruamentos em causa. Considerando que a postura aprovada e implementada não incluiu um tramo da Rua da Polé inscrito na proposta da Junta de Freguesia e deliberação da Assembleia de Freguesia, conforme elemento gráfico agora apresentado, submete-se à apreciação Camarária a alteração da postura de trânsito, conforme anexo." A planta com a alteração ao trânsito, bem como a ata da Assembleia de Freguesia de Ronfe dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO S. TIAGO E MASCOTELOS –

Presente a seguinte proposta: “Pela presente submete-se à apreciação Camarária a alteração ao trânsito no Largo João Gomes Oliveira Guimarães (Mascotelos), União de Freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos, de acordo com a postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo disciplinar a circulação de trânsito, atento o perfil transversal do arruamento, tendo sido objeto de aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia.” A planta com a alteração ao trânsito, bem como a ata da Assembleia de Freguesia de Ronfe dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA E TRAVESSA DO OUTEIRO, FREGUESIA DE BRITO –

Presente a seguinte proposta: “Por deliberação camarária de 7 de julho de 2016, e sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 3 de outubro de 2016, foi implementada no dia 18 de outubro de 2016 a alteração ao trânsito na Rua do Outeiro, na Travessa com o mesmo nome e na Travessa do Outeiro de cima, na Freguesia de Brito, com o objetivo de melhorar as condições de circulação e segurança no local. Com a sua implementação, foi identificado um constrangimento decorrente da circulação de veículos agrícolas e veículo de transporte de gado para uma exploração local, apenas passível de restabelecer pela suspensão do sentido único na Travessa do Outeiro, entre a Travessa do Outeiro de Cima e a Rua do Outeiro. Como tal, a postura na Travessa do Outeiro, entre a Travessa do Outeiro de Cima e a Rua do Outeiro foi suspensa a 20



de outubro, com carácter provisório, durante o decurso do processo administrativo inerente ao restabelecimento do acesso local pelo citado arruamento, designadamente de veículos pesados. Contudo, é entendimento da Junta e Assembleia de Freguesia, restabelecer os dois sentidos de trânsito na Rua do Outeiro e na Travessa do Outeiro, entre a Travessa do Outeiro de Cima e a Rua do Outeiro, pelo que se submete à apreciação camarária a aprovação da postura em anexo.” A planta com a alteração ao trânsito, bem como a ata da Assembleia de Freguesia de Ronfe dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES
– PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Santos Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 10 de janeiro, à Casa de Serralves, no Porto. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19 de dezembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GIL VICENTE
– PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a

seguinte proposta: "O Agrupamento de Escolas Gil Vicente solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 26 de janeiro, à ETA, em Prazins Santa Eufémia. Considerando que se trata de uma visita de estudo que visa a comemoração do dia mundial da água, sendo esta de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 6 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se para ratificação o Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – EB1 OLIVEIRA DO CASTELO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "A Escola EB1 Oliveira do Castelo solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, nos dias 11, 12 e 13 de janeiro, à Casa de Serralves, no Porto. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 10 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO



– Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 24 de janeiro, à Citânia de Briteiros. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 11 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GIL VICENTE

– **PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Gil Vicente solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 15 de fevereiro, ao Laboratório da Paisagem. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 10 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES

– **PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARROS** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Santos Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de dois

autocarros para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 16 de fevereiro, à ETAR, em Prazins Santa Eufémia. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, estando incluída no âmbito do Projeto Pegadas e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 10 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, nos dias 20, 21, 22 e 23 de fevereiro, à Biblioteca Raúl Brandão. Considerando que se trata de uma visita de estudo no âmbito da semana da Leitura e da comemoração dos 150 anos do Raúl Brandão, tendo em conta que consta esta atividade da articulação entre atividades propostas do município e a Biblioteca, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 11 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte



proposta: "O Agrupamento de Escolas de Abação solicitou a colaboração do município através da cedência dos autocarros, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 9 e Março, entre as 09h30m e as 12h00m, ao Centro de Ciência Viva de Guimarães. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico na promoção da cultura científica e tecnológica e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 23 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROF. ABEL SALAZAR – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: "O Agrupamento de Escolas Prof. Abel Salazar solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 22 de fevereiro, ao Centro de Ciência Viva de Guimarães. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico na promoção da cultura científica e tecnológica, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 12 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a

seguinte proposta: "O Agrupamento de Escolas Santos Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos nos dias 23 de fevereiro à Horta Pedagógica e 17 de março à ETA, em Prazins Santa Eufémia. Considerando que se trata de visitas de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 24 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARO –

Presente a seguinte proposta: "A Escola de Engenharia da Universidade do Minho solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de uma comitiva, nos dias 6 e 7 de fevereiro. Considerando que se trata do transporte de uma comitiva, composta por pessoas dos países dos Balcãs nomeadamente reitores, universitários, doutorados, alunos a terminar o doutoramento e diretores de serviço de universidades públicas, possuindo como formação base Engenharia Civil e Arquitetura, tendo em conta que esta visita tem como finalidade a demonstração das atividades desenvolvidas pela Universidade do Minho e da Câmara de Guimarães nas áreas em questão e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 24 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o



transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 CALDAS DAS TAIPAS – PEDIDO DE DECÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico de Caldas das Taipas solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 7, 8 e 16 de março a uma visita de estudo a uma unidade de produção em Riba de Ave. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 27 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA BÁSICA DE MONTE LARGO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A Escola Básica de Monte Largo solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 7 de fevereiro, à ETAR, de Prazins Santa Eufémia. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 18 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO

LETIVO 2017/2018 – Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Educação: “Como é de conhecimento superior, em cada ano letivo, e em conformidade com o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, é elaborado um Plano de Transportes Escolares que consagra a oferta do serviço de transporte entre o local da residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico e secundário. Neste sentido, e de acordo com o documento elaborado, tendo por base o número de alunos que estão a ser efetivamente transportados no mês de novembro de 2016, o serviço de transporte escolar será organizado da seguinte forma: em carreira pública, para a generalidade dos alunos, num total de 3.793 do ensino básico e 2.143 do ensino secundário, sendo o transporte assegurado pelas empresas Arriva Portugal – Transportes, Lda.; Transdev Norte, SA; REDM – Rodoviária D’entre Douro E Minho; Auto Viação Landim, Lda., licenciadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) para as carreiras interurbanas, e pela TUG – Transurbanos de Guimarães na área urbana, em circuito especial, designadamente em viaturas de aluguer ligeiras para os alunos com mobilidade reduzida, num total de 49 alunos, dos quais 47 ensino do básico e 2 do secundário, e em viaturas de aluguer pesadas para os 338 alunos do 1º ciclo do ensino básico que, em resultado da reordenamento da rede escolar, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino. Ainda de acordo com aquele documento, estima-se que o custo anual do serviço de transporte escolar seja de €2.494.936,40, assim repartido: carreira pública: €1.917.346,20; circuito especial, viaturas de aluguer ligeiras: €69.390,20; circuito especial, viaturas de aluguer pesadas: €508.200,00. Neste sentido, e para a execução do presente PTE serão abertos os procedimentos respetivos, de



acordo com a lei aplicável, designadamente: concurso público para o transporte de alunos do ensino básico que, em resultado do reordenamento da rede escolar, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino; contratação excluída para os transportes em carreira pública e ajustes diretos para os circuitos especiais, em viaturas de aluguer ligeiras à medida que forem solicitados pelas escolas básicas e secundárias. Assim, coloca-se à consideração superior a aprovação em reunião de Câmara do Plano de Transportes Escolares em anexo.” O Plano de Transportes Escolares dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE APRECIÇÃO, RELATIVA A UM PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO (NIPG 18210/16) –

Presente a seguinte proposta. “A munícipe identificada no relatório socioeconómico em anexo solicitou ao Município licença para ocupação do espaço público com uma banca para venda de fruta, no passado dia 04.02.2016, tendo-lhe sido emitida pelo Balcão Único de Atendimento uma guia para pagamento, no montante de €33,00, de acordo com a Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, designadamente no seu ponto 5, artigo 14º, Secção I, Capítulo III. No dia 05.04.2016 solicitou mediante requerimento a isenção do pagamento destas taxas, alegando dificuldades financeiras, nomeadamente o facto de viver apenas de uma pensão de reforma no valor de €328,50, valor que se revela insuficiente para todas as despesas mensais. Face ao exposto, foi solicitada a análise socioeconómica da requerente aos serviços da DAS, que informaram que a requerente se encontra numa “situação de elevada vulnerabilidade e de grande precariedade económica, cujo

rendimento disponível é negativo”, pelo que poderá beneficiar da isenção de taxas solicitada, devendo para o efeito, tal isenção ser objeto de deliberação da Câmara Municipal. Coloca-se, assim, à consideração superior a submissão de uma proposta a aprovar pelo executivo camarário que confira à requerente, a isenção do pagamento das taxas devidas pela apreciação do processo, no valor de €33,00, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 55º e seguintes do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL DE VILA NOVA DE SANDE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta:

“O Centro Social Paroquial de Vila Nova de Sande solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuarem o transporte de um grupo de idosos nos dias 10 e 15 de fevereiro. Considerando que se trata de deslocações no âmbito do projeto “Encontro de Saberes”, o qual apoia e dinamiza atividades com os idosos, neste sentido irão proporcionar visitas de relevante interesse cultural e social. Não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 24 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO VAGA POR RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – TIPOLOGIA 1 - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA., remetendo, para aprovação do



Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de três habitações em alojamento convencional e uma vaga em residência partilhada feminina, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 26 de janeiro de 2017, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO DA BANDA FILARMÓNICA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - OFERTA DE BANDEIRA –

Presente a seguinte proposta: “Vem a Associação da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada a figurar em permanência na respetiva sede social. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Associação da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E AVE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR –

Presente a seguinte proposta: “O Instituto Politécnico do Cávado e Ave solicita a utilização de diversos espaços do Centro Cultural Vila Flor nos próximos dias 14, 15 e 16 de julho, com vista à realização do CONFIA 2017 (4ª edição) – Conferência Internacional de Ilustração e Animação, que se prevê venha a congregar cerca de 100 participantes, entre investigadores, artistas, ilustradores e realizadores de cinema de animação. Assim, atendendo ao interesse público de que se reveste a realização da iniciativa em apreço, pela importância dos temas a abordar na Conferência e pelo interesse em atrair a Guimarães profissionais e académicos

das áreas objeto da mesma, proponho a atribuição, ao Instituto Politécnico do Cávado e Ave, de um subsídio de €3.284,10, correspondente à taxa de utilização do Pequeno Auditório e de uma sala de reuniões do Centro Cultural Vila Flor, nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ANO LETIVO 2015/2016 – Presente a seguinte proposta: “Em

conformidade com a revisão do regulamento aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação da aluna a beneficiar do prémio, em 2017, relativo ao ano letivo 2015/2016. Trata-se de Mariana Isabel Barreiro Enes que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial com 17.543 valores, foi considerada o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo lecionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Assim, em conformidade com o referido regulamento, proponho a atribuição do prémio de €1.000,00 (mil euros) à estudante supra identificada.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - FEIRA AFONSINA 2017 – ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A

inclusão de novos espaços, em consequência da reabilitação do Largo de Donães, a introdução de novas formas e condições de pagamento, designadamente através do sistema “Payshop” e a necessidade de contemplar os casos de estabelecimentos sem esplanada anual que a queiram instalar apenas durante o período de funcionamento da Feira Afonsina estão na origem das alterações às normas de participação aprovadas em 7 de janeiro



de 2016, que ora se propõem. Juntam-se, em anexo, as três tipologias de normas a alterar, sendo de assinalar, em cada caso, as alterações previstas: 1. Nas três tipologias de normas - - "Localização do evento", com a inclusão de novos locais: ruas João de Melo e de Donães e Largo de Donães; - "Condições e prazos de pagamento": introdução de sistema "Payshop", entre outras, e adaptação ao calendário de 2017. 2. Na tipologia dos bares e restaurantes - "Condições de esplanadas" para estabelecimentos sem esplanada anual, na via pública. 3. Na tipologia privados e associações - inclusão de novo espaço de mercadores - artesãos e artífices (Rua João de Melo)." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GRUFC - GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO -

Presente a seguinte proposta: "O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das suas equipas Sub 16 e Sénior, no dia 14 de janeiro à Lousã e Coimbra. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação das equipas nos jogos para o Campeonato Nacional e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de janeiro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - CLUBE OPERÁRIO DE CAMPELOS - OBRAS DE LIGAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS DO CAMPO DE JOGOS À REDE PÚBLICA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS -

Presente a seguinte proposta: "O Clube Operário de Campelos solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras de ligação das águas residuais do Campo de Jogos José Maria Machado Vaz à rede pública de drenagem de águas residuais. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total no valor de €4.900,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para uma das mais antigas coletividade vimaranense e a comunidade que serve, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio a conceder ao Clube Operário de Campelos, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, para a execução dos trabalhos acima identificados, cujo montante total importa em €6.027,00. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

DESPORTO - CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AOS BALNEÁRIOS DO CAMPOS DE JOGOS – Presente a seguinte proposta: "No âmbito da conclusão das obras de construção dos balneários do Campo de jogos de Ponte, o Clube Desportivo de Ponte solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras de pavimentação do acesso aos balneários. Na sequência do



solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total no valor de €8.447,61, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade que serve, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio a conceder ao Clube Desportivo 4de Ponte, para a execução dos trabalhos acima identificados, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em 8.447,61€, do qual €4.586,06 corresponde à despesa de aquisição dos materiais. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - PROTOCOLO A CELEBRAR COM A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO E SANTOS PASSOS – EXECUÇÃO DA OBRA DE “REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE – Presente a seguinte proposta.

“A obra designada por “**Requalificação do Parque das Hortas e área envolvente**”, cujos trabalhos se iniciaram em fevereiro de 2016, previa a ocupação de uma parcela de terreno, com cerca de 300 m², que servia de logradouro ao Lar dos Santos Passos, localizada junto do tanque do Largo do Conde Arnoso. Na fase de preparação dos trabalhos daquela empreitada e até à data de hoje, não foi possível, quer ao Município, quer à Irmandade de

Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, com os elementos que cada uma dispunha, concluir sobre a propriedade daquela parcela de terreno. Assim, foi acordado entre as partes celebrar um documento que viabilizasse a execução da referida obra sem quaisquer atrasos, designadamente permitindo a ocupação daquela parcela de terreno para os indicados fins. Na sequência das reuniões entretanto realizadas, e estando acordados os termos e condições para aquele efeito, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração de um Protocolo entre a IRMANDADE e o MUNICÍPIO, referente à identificada parcela de terreno que servia então de logradouro ao Lar dos Santos Passos, localizada junto do tanque do Largo do Conde Arnoso, de acordo com a minuta em anexo.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da Irmandade. -----

DIVERSOS - APOIO À ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta:

“A Associação de Jovens Empresários de Guimarães é uma associação de direito privado que tem por objeto a reunião dos jovens empresários residentes ou com atividade no concelho de Guimarães, com vista à satisfação dos interesses comuns e ao melhor desenvolvimento das suas atividades profissionais, nomeadamente nas vertentes de formação, informação, apoio técnico e, no geral, na representação dos interesses e na identificação e estabelecimento dos meios e instrumentos que permitam o acesso à função e desenvolvimento da atividade empresarial. Para a realização do seu objeto, compete à AJEG: a.



Defender os interesses dos jovens empresários através da sua aproximação e do apoio à iniciativa privada; b. Promover a formação profissional dos seus membros e a sua integração no meio empresarial; c. Fomentar o intercâmbio de experiências e a troca de informações; d. Dinamizar novos projetos e relações comerciais e promover a ação dos jovens empresários nos mercados nacional e internacional; e. Criar uma força dialogante junto dos organismos oficiais, governamentais, económicos, sociais e culturais; f. Congregar em seu torno grupos ou organizações formais ou informais, com objetivos semelhantes, de modo a incrementar e orientar a sua atividade. Tratando-se Guimarães de um território com uma economia dinâmica e marcadamente diferenciadora, a AJEG enquadra-se perfeitamente neste processo de apoio e crescimento económico que se pretende para o concelho de Guimarães. Assim apontam-se algumas das razões que sustentam a necessidade desta associação: Consciencialização dos jovens empresários para um novo paradigma de desenvolvimento empresarial; Inovação e criatividade das ações propostas; Aposta num novo modelo de desenvolvimento, baseado na indústria 4.0, que verdadeiramente só acontecerá quando estiver totalmente dentro das empresas, contribuindo para isso mesmo o plano de ações propostas; Aposta inequívoca nas pessoas como fator diferenciador e de primordial importância no desenvolvimento das empresas e das organizações. A Associação apresentou, nesta autarquia, um pedido de apoio na comparticipação das atividades que constam do seu Plano de Ação e Comunicação para o período de 2016/2018, com um custo total estimado de €84.850,00. Assim face a estes fundamentos, propõe-se, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a

Câmara Municipal aprove a atribuição de um apoio financeiro a esta Associação, no montante de €16.970,00, para comparticipar no desenvolvimento das ações apresentadas no plano anexo à presente proposta.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:00 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Luís Mendes da Silva**, residente em Serzedelo, que veio expor novamente a situação da sua habitação, onde falta o abastecimento de saneamento. -----

Sobre esta intervenção, o Presidente da Câmara disse que quando houver uma decisão ela ser-lhe-á comunicada. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----